

Antónia Margarida de Castelo Branco

aspectos recepcionais

p. 51 - 62

Paula Volupca ¹
Raquel Terezinha Rodrigues ²

Resumo

A autobiografia vem chamando cada vez mais a atenção de estudiosos de diversas áreas/disciplinas, como aponta Philippe Lejeune: “[...] a autobiografia leva-nos a nos abrir para outras disciplinas, essencialmente a psicanálise, a psicologia, a sociologia, a história. [...]” (LEJEUNE, 2008, p. 66). Essas áreas vêm constituindo-se como sinalizadoras de novos direcionamentos para o estudo das escritas de si, que passaram, ao longo dos últimos tempos, a serem consideradas como prática sócio-cultural, cujas dimensões histórica e contextual levam o pesquisador a integrar os elementos de outras disciplinas, a fim de formular suas ideias a respeito da temática. Assim, o objetivo deste trabalho é ler a fortuna crítica da *Autobiografia de Antónia Margarida de Castelo Branco* (1983) levando-se em conta alguns elementos da “Estética da Recepção” de Hans Robert Jauss (1994), dentre eles o “horizonte de expectativas” e a “fusão de horizontes”, a fim de se perceber os efeitos da obra sobre os leitores e a sua permanência ao longo do tempo.

Palavras-chave: Antónia Margarida de Castelo Branco; autobiografia; memória; escrita feminina conventual; a mulher no período barroco-português..

ANTÓNIA MARGARIDA DE CASTELO BRANCO: RECEPTION ASPECTS

Abstract

The autobiography form has been drawing the attention of scholars from various subjects/disciplines, as pointed out by Philippe Lejeune: “[...] the autobiography takes us to open ourselves to other subjects, mainly Psychoanalysis, Psychology, Sociology, History. [...]” (Lejeune, 2008, p. 66). These areas have been pointing new directions for the study of a person’s life recounted by that same person, which, throughout time, are considered as social practice. These historic and contextual dimensions take the researcher to integrate the elements of other subjects in order to formulate their ideas towards the theme. The purpose of this paper is to read the critical fortune of the *Autobiography of Antónia Margarida de Castelo Branco* (1983), taking into account some elements of the “Toward an Aesthetic of Reception” by Hans Robert Jauss (1994). The “horizon of expectation” and the “fusion of horizons” are analyzed in this literary piece, in order to get its effects upon the readers and its permanence throughout the years.

Keywords: Discourse of Risk. Media. Verb-visual.

Introdução

Antónia Margarida de Castelo Branco,

autora portuguesa, no século XVII, como as mulheres de sua época, viveu sob o jugo de uma sociedade extremamente patriarcal. Dessa

1 Graduada em Letras Português Literatura pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste.

2 Doutora em Literatura (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (USP).

maneira, viveu sua vida nos moldes que eram permitidos às mulheres: uma vida fadada a ser inteiramente dominada pelos homens. Por sua vez, ao obedecer as determinações desta sociedade, acabou por se destacar, por meio da escrita imposta por seus padres confessores, transformando-se assim, mesmo sem objetivar a isto, em uma das representantes das vozes femininas que vivenciaram igual ou parecida situação.

A autora nasceu no seio de uma família nobre, na vila de Lavradio, em 04 de agosto de 1652 e percorreu todos os caminhos inerentes à sua condição: foi filha, irmã, depois esposa e mãe. Seus pais foram António de Albuquerque e Joana Luísa de Castelo Branco. Seu pai era de Pernambuco e exerceu as funções de comendador de Santo André de Ervedal na Ordem de Santiago e capitão-mor e governador do Maranhão e da Paraíba. Depois disso, recebeu o morgadio de herança de seus tios, passando a ser o terceiro Senhor da Casa dos Bicos. Após intrigas, regressou a Portugal e lá casou-se com Joana Luísa, indo o casal morar na vila do Lavradio.

Joana Luísa, por sua vez, era filha bastarda de Dom João de Castelo Branco. A família de Joana Luísa fazia parte da casa dos “meirinhos-mores do Reino” e seu pai era comendador da Espada em Elvas, na Ordem de Santiago e na Ordem de Cristo. Era ainda “[...] senhor de Santa Maria de Senhorim, de São Gabriel da Granja de Olmeiro e dos Casais de Palião e Casa Velha, no bispado de Coimbra” (PALMA-FERREIRA, 1980, *apud* BRANCO, 1983, p. 16).

Antónia Margarida teve um único irmão, Afonso de Albuquerque, que herdou o morgadio e a comenda do pai, que faleceu com mais de 80 anos de idade. Pela ocasião da morte do pai, a autora contava com seus 16 anos de idade e aos 18 casou-se com Brás Teles de Meneses, um nobre em decadência, por insistência de sua mãe, Joana

Luísa.

Nesse seu caminhar, destacou-se por sua luta em querer desvencilhar-se desse casamento que tantos males físicos e morais lhe trouxe, pois sofreu por parte do marido toda espécie de maus tratos por um período de oito anos, até que, sentindo reacender a religiosidade que trazia desde menina, decidiu-se pela separação. Assim, por meio de provas testemunhais de seu sofrimento, conseguiu ser admitida no Convento de Santos antes mesmo que seu divórcio perpétuo fosse consolidado.

Em 1675 é publicado em decreto real a cessão do divórcio por seis anos, à revelia de Brás por meio dos argumentos dos procuradores de Antónia Margarida, que mostravam a culpabilidade de seu marido. Essa primeira sentença foi decretada com o objetivo de que Brás se corrigisse. Caso isso não ocorresse dentro do prazo de seis anos, seria então aplicada a sentença para o divórcio definitivo.

Chama a atenção o fato enunciado pelo prefaciador, João Palma-Ferreira, de que por todo esse tempo, antes da sentença final, Antónia Margarida esperou que Brás se emendasse, o que não aconteceu:

Teles observasse as condições da primeira sentença, as de que enquanto durasse o divórcio provisório, não desse razões de queixa. Ainda aqui, apesar de toda a alegada vocação religiosa de Antónia Margarida, são manifestas as contradições denunciadas nos ciúmes pelo marido que, aliás, não cumpriu condições e levou, para a Erra, uma mulher e família como se de Antónia Margarida se tratasse, argumento que ela utiliza para pedir o divórcio definitivo (PALMA-FERREIRA, 1980, *apud* BRANCO, 1983, p.56-57).

A sentença definitiva sai então em 1679 e Antónia Margarida segue a vida religiosa. Neste mesmo ano, entra como noviça do Convento Madre de Deus em Lisboa e faz seus votos perpétuos no dia 31 de março do mesmo ano.

Adota o nome de S3ror Clara do Sant3ssimo Sacramento e vive ali at3 o final de seus dias, quando falece em janeiro de 1717.

Assim, o objetivo deste trabalho 3 realizar a leitura de uma breve fortuna cr3tica de artigos que fazem parte da fortuna cr3tica da Autobiografia de Ant3nia Margarida de Castelo Branco (1983) levando-se em conta alguns elementos da “Est3tica da Recep33o” de Hans Robert Jauss (1994), dentre eles o “horizonte de expectativas” e a “fus3o de horizontes”, a fim de se perceber os efeitos da obra sobre os leitores e a sua perman3ncia ao longo do tempo.

A “Est3tica da Recep33o” formulada por Hans Robert Jauss, aparece no cen3rio da teoria liter3ria durante sua aula inaugural na Universidade de Konstanz, na Alemanha, em 1967. Para ele e os demais colegas, precursores de uma nova reflex3o da literatura, era necess3rio que se levasse em conta a recep33o das obras liter3rias pelo seu p3blico, pois a participa33o efetiva deste era de fundamental import3ncia. Dessa forma, essa teoria que surgia vinha para priorizar a an3lise dos aspectos recepcionais em face do que vinha sendo analisado at3 aquele momento, que eram os aspectos da produ33o e da representa33o art3stica. Em um de seus postulados a respeito da sua est3tica da recep33o Jauss afirma que:

[...] a qualidade e a categoria de uma obra liter3ria n3o resultam nem das condi33es hist3ricas ou biogr3ficas de seu nascimento, nem t3o-somente de seu posicionamento no contexto sucess3rio do desenvolvimento de um g3nero, mas sim dos crit3rios de recep33o, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto 3 posteridade, crit3rios estes de dif3cil apreens3o. [...] (JAUSS, 1994, p. 7-8).

Sua proposta 3 de que a obra liter3ria e as demais obras de arte devem ser exploradas a partir do impacto que causam sobre as normas sociais, pois o leitor 3 convidado sempre a intervir na obra de arte, de maneira mais ou menos evidente. Dessa

forma, os sentidos que se extraem de uma leitura, por exemplo, instalam-se instantaneamente no contexto cultural em que este leitor vive, pois toda leitura “[...] interage com a cultura e os esquemas dominantes de um meio e de uma 3poca. [...] Trata-se para ele de assumir ou n3o para si pr3prio a argumenta33o desenvolvida” (JOUVE, 2002, p. 22).

Sendo assim, ao permitir m3ltiplas leituras, por3m sem autorizar qualquer uma, um texto traz uma gama de significados quase que infinitos. Esses significados e efeitos acontecem a partir do momento em que o leitor abre-se para a obra, fazendo com que esta revele a ele um novo universo que vai de encontro ao seu “j3-lido”, a que Jauss denomina horizonte de expectativa, para transform3-lo, valid3-lo e aument3-lo. 3 o caminho natural aberto por uma nova obra; por3m, h3 casos em que o leitor poder3 simplesmente refutar aquilo que ora se lhe apresenta em detrimento 3quilo que j3 conheceu anteriormente.

O processo de recep33o ou “experi3ncia est3tica”, nas palavras de Jauss, inicia-se por meio do “horizonte de expectativa” do leitor. Esse processo precisa ser observado desde o primeiro momento da apari33o da obra junto ao seu primeiro p3blico, pelo impacto que ela teve e pela maneira como foi recebida naquele determinado momento. Segundo o te3rico, o papel do leitor 3 imprescind3vel para a realiza33o do acontecimento liter3rio, uma vez que 3 a ele que a obra se destina. O leitor traz para a obra seus conhecimentos est3ticos e hist3ricos e isso permite que essa no33o pr3via imprima um significado primeiro, baseado naquilo que aquele p3blico leitor j3 possui sobre o g3nero ao qual pertence determinada obra. A heran3a trazida por leituras anteriores habitua este p3blico a reconhecer formas e temas e ainda proporciona-lhes distinguir a linguagem pr3tica da linguagem po3tica. O autor afirma que a diferen3a

entre uma e outra é que conferirá o status de arte ao objeto literário, pois:

[...] O caráter artístico da literatura deve ser verificado única e exclusivamente a partir da oposição entre linguagem poética e linguagem prática. A língua, em sua função prática, passa então a representar, na qualidade de *série não-literária*, todas as demais condicionantes históricas e sociais da obra literária; esta é descrita e definida como obra de arte precisamente em sua singularidade própria (*écart poétique*), e não, portanto, em sua relação funcional com a série não-literária. [...]

[...] A diferenciação entre linguagem poética e linguagem prática conduziu ao conceito de *percepção artística*, conceito este que rompe completamente o vínculo entre literatura e vida. A arte torna-se, pois, o meio para a destruição, pelo “estranhamento”, do automatismo da percepção cotidiana. [...] (JAUSS, 1992, p. 18-19).

Jauss ainda afirma que:

[...] A experiência estética não se inicia pela compreensão e interpretação do significado de uma obra; menos ainda, pela reconstrução, da intenção de seu autor. A experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com seu efeito estético, na compreensão fruidora e na fruição compreensiva. [...] Disso resulta a dupla tarefa da hermenêutica literária: diferenciar metodicamente os dois modos de recepção. Ou seja, de um lado aclarar o processo atual em que se concretizam o efeito e o significado do texto para o leitor contemporâneo e, de outro, reconstruir o processo histórico pelo qual o texto é sempre recebido e interpretado diferentemente, por leitores de tempos diversos. A aplicação, portanto, deve ter por finalidade comparar o efeito atual de uma obra de arte com o desenvolvimento histórico de sua experiência e formar o juízo estético, com base nas duas instâncias de efeito e recepção (JAUSS, 1979, p. 46).

Por meio do seu “horizonte de expectativa”, o leitor pode então perscrutar na obra nova, os mecanismos que o farão perceber que um texto jamais aborda apenas aquilo que inicialmente apresenta. Em um texto sempre subjaz uma

variedade de significados que somente um leitor experiente e atento pode trazer à tona. Dessa forma, portanto, o “horizonte de expectativa” jamais se esgota. Ele é plausível de ser sempre reconstruído, pois nesse contínuo, ele possibilita que se entenda a trajetória de uma obra, seu sucesso ou fracasso no decorrer dos anos, bem como o progresso da literatura e a história dos gêneros literários. Por meio dos dados sócio-históricos de que se dispõem para este trabalho, pode-se afirmar que o primeiro público da *Autobiografia de Antónia Margarida de Castelo Branco* teve o seu horizonte de expectativas, em princípio, legitimado, uma vez que, como público feminino partícipe da vida conventual, seja como efetivamente religioso ou seja como aprendiz nas escolas conventuais, a maioria tinha já conhecimento prévio de determinados pontos abordados na narrativa por Antónia Margarida. Algumas por ouvirem falar, outras por vivenciarem, de algum modo, coisas parecidas em seu dia a dia na vida secular e na vida do claustro.

Dessa maneira, importa trazer as palavras de Jauss sobre os efeitos que uma obra pode causar aos seus leitores. Por meio das leituras realizadas da *Autobiografia* para este estudo, das informações passadas ao público sobre sua trajetória pela fala de Palma-Ferreira e também na sua insistência em trazê-la mais uma vez a público, possibilitando que se conhecesse o seu conteúdo e assim poder realizar a busca pelos elementos sociais, culturais e históricos para compreender-se a obra em seu contexto, tem-se a percepção de que a obra cumpriu o seu papel junto ao seu primeiro público e foi além, uma vez que, partindo dela (da obra) e não só dela, foi possível que ao longo do tempo ela revelasse seu conteúdo a um público maior, permitindo que houvesse a expansão do pensamento e da visão feminina do mundo que a cercava. Pode-se ter essa tese corroborada por Jauss quando ele afirma que:

[...] o literário [...] só logra seguir produzindo seu efeito na medida em que sua recepção se estenda pelas gerações futuras ou seja por eles retomada - na medida, pois, em que haja leitores que novamente se apropriem da obra passada, ou autores que desejem imitá-la, sobrepujá-la ou refutá-la. A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra. Da objetivação ou não desse horizonte de expectativa dependerá, pois, a possibilidade de compreender e apresentar a história da literatura em sua historicidade própria (JAUSS, 1994, p. 26).

Sendo assim, não pode haver separação entre a perspectiva de produção e a perspectiva de recepção de uma obra, pois ambas devem ser levadas em conta a partir do momento em que o analista se debruça sobre uma obra para trazer à luz suas propriedades intrínsecas e extrínsecas. Intrínsecas quanto à estruturação e forma e extrínsecas quanto ao seu contexto de produção e recepção, seja esta deste primeiro momento de origem junto a um público específico, seja ao longo dos anos atingindo outros e variados públicos com sua mensagem sempre renovada.

Deve-se, portanto, em uma análise, sempre se levar em conta os horizontes de expectativa do leitor e do produtor, pois este considera o leitor e seu papel enquanto coautor, que faz com que o texto se movimente e se articule, não só dentro da perspectiva do autor, mas principalmente, ultrapassando-a para além de uma primeira impressão. Isso faz com a obra seja vivificada a cada nova leitura, em cada novo leitor que trará para ela suas experiências, para assim extrair-lhe o máximo possível dos seus elementos composicionais e contextuais.

Ao pesquisar a relação existente entre a literatura e o leitor, vê-se que ela é pautada por aquilo que implica estética e historicamente, pois

Ser leitor é pertencer a uma estranha sociedade de poetas vivos e mortos que quase sempre se conhecem desconhecendo-se, mas que desenvolvem uma singular intimidade fora do tempo. Em espaços nunca dantes navegados ou imaginados (BRANDÃO, 2006, p. 12).

Inicialmente, durante a recepção de uma obra, o leitor traz até ela sua capacidade de avaliar seu valor estético ao compará-la com outras obras já suas conhecidas. Historicamente, essa manifestação se dá por meio das possíveis conexões que o leitor faz, denominada por Jauss como “cadeia de recepções”, que permite ao leitor ter a percepção necessária para compreender a continuidade dessa obra, desde os seus primeiros receptores. Essa linha diacrônica torna a obra rica na possibilidade de novas interpretações e significados. A obra literária ressoa, de geração em geração, pela renovação de sua leitura, pela atualização feita por cada leitor que a recebe ao longo dessa “cadeia de recepções”.

Dessa forma, a obra, a exemplo do “horizonte de expectativa”, também jamais se esgota. E, quando surge, não se faz como novidade absoluta, pois desponta com sinais, com avisos e traços familiares, predispondo assim o público leitor para recebê-la. Ou seja, são as lembranças do “já lido”, que vêm ao encontro do “horizonte de expectativa” deste público que se prepara então emocionalmente para essa recepção, acontecendo assim este encontro que superará ou não, este horizonte subjetivo “[...] da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camadas de leitores” (JAUSS, 1994, p. 28).

Pelo exposto até aqui é que se vê a obra literária sempre atual, ainda que produzida há muitos anos, pois ela sempre trará uma novidade para o leitor, ao fazer com que os sentidos deste leitor se façam alertas e encontrem, conforme a obra permite, os múltiplos significados dentro de sua esfera de atuação. Conforme afirma Jauss, “O

método da estética da recepção é imprescindível à compreensão da literatura pertencente ao passado remoto. [...] de como entendê-lo “da perspectiva de sua época” [...]” (Ibidem, p. 35).

João Palma-Ferreira (1980, apud BRANCO, 1983), prefaciador da Autobiografia constituiu-se o seu primeiro leitor contemporâneo e trata em seu texto dos motivos que levaram Antónia Margarida a escrever sobre sua vida. Reforça o carácter memorialístico da obra e faz um panorama do contexto histórico.

João Palma-Ferreira, reforça que Antónia Margarida, todo o tempo em que esteve casada, até um pouco antes da sentença final do divórcio esperou que Brás se emendasse, o que não aconteceu:

[...] Mas a revelação mais significativa deste “arrazoado” é desvendar que

Antónia Margarida aguardava, afinal, que Brás Teles observasse as condições da primeira sentença, as de que enquanto durasse o divórcio provisório, não desse razões de queixa. Ainda aqui, apesar de toda a alegada vocação religiosa de Antónia Margarida, são manifestas as contradições denunciadas nos ciúmes pelo marido que, aliás, não cumpriu condições e levou, para a Erra, uma mulher e família como se de Antónia Margarida se tratasse, argumento que ela utiliza para pedir o divórcio definitivo (PALMA-FERREIRA, 1980, apud BRANCO, 1983, p.56-57).

A sentença definitiva sai então em 1679 e Antónia Margarida segue a vida religiosa. Neste mesmo ano, entra como noviça do Convento Madre de Deus em Lisboa e faz seus votos perpétuos no dia 31 de março do mesmo ano. Adota o nome de Sórora Clara do Santíssimo Sacramento e vive ali até o final de seus dias, quando falece em janeiro de 1717.

João Palma-Ferreira conta que a obra (assim denominada pela própria autora) continuou sendo escrita até o ano seguinte, “com diversas pausas e acidentes”. Um deles foi a saída de Frei Filipe

do convento, pois este foi ser guardião de Beja. A autobiografia então ficou interrompida, e Antónia Margarida só voltou a escrevê-la após Frei Filipe entrar em acordo com Frei João de Santo Estêvão, o novo padre confessor.

Ainda segundo Palma-Ferreira, no ano de 1683 Frei Filipe falece e Antónia Margarida, “levada por motivos espirituais”, não queria mais continuar a escrever. Mas Frei João a instou que continuasse e ela, cumprindo o voto de obediência, escreve até o início do ano de 1685, muitas das vezes exaurida de suas forças pelos incômodos que sofria por causa de enfermidades.

Nesse mesmo ano, pede a Frei João que a deixe queimar os manuscritos e ele a impede. Permite-lhe apenas danificar algumas passagens. Aproveitando-se da designação de Frei João, Antónia borra os cadernos de tal modo que fica impossível ler-se o que se havia escrito. Além disso, continuou a insistir junto a Frei João que a permitisse queimá-los, mas a decisão dele foi de que ela recomeçasse a escrever, sem omitir absolutamente nada, nem nomes, nem fatos, mesmo que isto lhe causasse certo mal-estar.

Palma-Ferreira afirma que em novembro de 1685 Antónia retoma seu trabalho copiando os cadernos antigos e, especula ele, provavelmente alterando o texto. Em 1703, Antónia Margarida para definitivamente de escrever e cala-se sobre seus últimos atos de vida.

Ana Hatherly em artigo intitulado “Tomar a palavra: aspectos de vida da mulher na sociedade barroca” (1996), afirma que os estudos sobre a condição feminina em Portugal entre os séculos XVII e XVIII ainda carecem de aprofundamentos, pois as informações que se tem dessa época são ambíguas. A autora, porém, fornece após seus próprios estudos acerca do gênero, bem como da vida e da obra de Antónia Margarida, que se fundem em sua autobiografia. Hatherly aponta que:

Quando se aborda a questão do papel da mulher na sociedade, especialmente no passado - mas ainda bastante na actualidade - é sempre posto em destaque o papel que ela desempenha na família, pois a vida da mulher está ligada à vida doméstica: - filha, mães, esposa, enfermeira, governanta, reprodutora - o seu mundo é a casa, a sua ocupação - dir-se-ia mesmo, a sua profissão - é a família, o seu universo o da intimidade quotidiana.

Mas esta visão é obviamente demasiado estreita, e no período barroco a mulher não desempenha apenas esse papel na sociedade: ela é também heroína: dama ou cortesã, intelectual, artista, mística ou até santa, demonstra por vezes a sua capacidade de afirmação pessoal e mesmo uma espécie de proto-consciência, antecipando claramente o feminismo moderno.

Para essas [...] um dos aspectos dominantes é o modo como tomaram a palavra, como falaram, leram, escreveram e publicaram, projectando a sua imagem na sociedade do seu tempo.

Nesta apreciação do comportamento da mulher temos de ter em mente as duas grandes áreas em que estava dividida a sociedade de então: de um lado os seculares, de outro os religiosos. No que diz respeito a Portugal [...] o número de religiosos e religiosas era elevadíssimo nos séculos XVII e XVIII. No século XVII, só em Lisboa havia 26 conventos masculinos e 15 femininos (HATHERLY, 1996, p. 269-270).

Pela sua fala, percebem-se os aspectos de que Antónia Margarida trata em sua autobiografia, pautada sobretudo pela sua condição de obediência total ao mundo masculino. A instrução, conforme aponta Hatherly, poderia ser em menor ou maior intensidade, uma vez que ela era prerrogativa dos religiosos, em primeiro lugar e daqueles que possuíam dinheiro para comprá-la. Enquanto que nas instituições religiosas como os mosteiros e conventos a instrução era absolutamente necessária, para os demais segmentos da sociedade, quando a tinham, era vista como elevação de status social. No caso da mulher, Hatherly afirma que

[...] Se fosse religiosa, poderia ser mais ou menos instruída, mas se fosse instruída poderia aceder aos mais altos cargos dentro da hierarquia do seu convento e da sua Ordem. Em qualquer dos casos, a sua instrução era controlada, ou pela família civil, dominada pelo pai, ou pela comunidade religiosa, dominada pelos preceitos da religião e da sua Ordem, etc. (Ibidem, p. 271).

A autora informa que por essa época havia um grande número de religiosas e religiosos, por conta da crise econômica por que passava Portugal, pelas guerras pela independência de Espanha, bem como pela própria condição do ambiente, que tornavam escassos os recursos naturais. Portugal precisou do expansionismo durante muito tempo para sobreviver às mais variadas situações periclitantes à nação como um todo. Dessa forma, muitas famílias viram nos conventos e mosteiros uma carreira bem-sucedida e assim, no que toca às mulheres, em especial,

[...] a vida no convento parece ter sido, em muitos casos, uma melhor opção do que a vida em família, e sobretudo no matrimónio, dada a singular prepotência de muitos maridos que, abusando dos direitos que a lei e o costume lhes concediam, maltratavam e até matavam as esposas com a maior impunidade (Ibidem, p. 271).

Vê-se assim a similaridade na situação das mulheres em Portugal, que poderiam ter agora, por meio da autobiografia de Antónia Margarida, como que seu próprio espelho, uma vez que a narrativa da freira vinha de encontro ao que a massiva maioria das mulheres vivia em seu cotidiano, dentro dessa sociedade absolutamente patriarcal.

Mafalda Ferin da Cunha, aluna de Ana Hatherly pela Universidade Nova de Lisboa, em sua dissertação “A voz de Antónia Margarida de Castelo Branco” (1992), da qual só se obteve um excerto publicado em 2005 pela Fundação Calouste Gulbenkian, na revista “História e

antologia da Literatura Portuguesa”, nº 32, que traz a temática “Literatura de conventos – autoria feminina”, traz a informação de que assim como Antónia Margarida, outras religiosas também tiveram o desejo de destruir seus escritos:

[...] A reflexão acerca da escrita da autobiografia constituiu também um motivo recorrente. Todas as religiosas esclareceram que escreveram por obediência aos seus confessores e aos seus prelados e muitas se queixaram do temor de estar a registrar enganos ou de vir a tornar-se objecto da admiração dos futuros leitores, afirmações que, repetindo-se ao longo de todas as autobiografias, nos levam a pôr a hipótese de se tratar de uma convenção do género. Soror Clara do Sacramento [...] e Rosa Maria de Santa Catarina desejaram mesmo destruir os seus papéis, o que talvez resulte das circunstâncias específicas em que as duas religiosas viveram: Soror Clara do Sacramento continuamente enredada na sua contenda interior e no seu labirinto interior e Rosa Maria de Santa Catarina atormentada pelos padres da sua ordem que a acusavam de aliança com o demónio, a tal ponto que recorreu aos padres jesuítas para a revisão dos seus papéis (CUNHA, 1992, p. 34).

Cunha (1992), por meio de seus estudos a respeito das autobiografias conventuais, traz os pontos comuns a todas as religiosas, visto que Portugal neste momento experimentava uma intensa religiosidade. Desta forma, conforme relata Cunha, todas elas sentiram “incêndios de amor divino” inflamadas no amor do Senhor.

Assim,

O relato das múltiplas mercês que o Senhor concedeu às religiosas constitui talvez o grande motivo destas autobiografias, o qual se pode desdobrar em vários sub-motivos: forma como sentiram e gozaram, fisicamente ou através do recolhimento, a presença do Senhor, visões que experimentaram, locuções com que foram favorecidas, revelações que lhes foram feitas. [...] Ao recolher-se encontraram-n’O no seu interior e experimentaram a Sua presença.

Todas sentiram saudades do seu Senhor,

todas atingiram a união com Deus e quase todas afirmaram terem sido trespassadas por uma seta trazida por um anjo ou mesmo por Deus (Idem, *ibidem*, p. 35).

Por meio da sua entrega e das orações de súplica, as freiras relatam em suas autobiografias que obtinham com mais frequência os favores divinos principalmente em relação à recuperação da saúde, já que, segundo Cunha, “[...] A doença é outro dos motivos mais recorrentes nestes textos e todas as autoras descreveram com pormenor tanto os seus achaques como as curas que tiveram de suportar” [...] (Idem, *ibidem*, p.35)

Outro fator em comum entre as autobiografias das religiosas, conforme afirma a autora diz respeito às confissões. Muitas das vezes seus confessores recusaram-se a confessá-las e isso lhes causava grande pesar e, conseqüentemente, sentindo a fragilidade na alma, esta se refletia no corpo, causando doenças sem explicação aparente. Muitas sofreram ainda todo o tipo de perseguições, vindas dos próprios confessores, bem como das próprias companheiras de claustro. Antónia Margarida relata em sua autobiografia que houve momentos em que algumas religiosas, por ciúmes, ou sentimento de rivalidade e disputa a maltratavam de várias formas, desde a exclusão dos trabalhos e orações conjuntos até às perfídias junto aos confessores, colocando-a em maus lençóis perante estes.

Quanto ao sentimento vigente, a obediência, Cunha afirma que:

Outros motivos presentes nestas autobiografias são o desejo de comungar e as mercês recebidas depois da comunhão, o dever de obedecer (sobretudo aos superiores e aos confessores), o dever de se desapegar da própria vontade, a consideração dos pecados cometidos e das misérias próprias que levam sempre as religiosas a considerar-se piores que todas as outras criaturas e indignas dos favores divinos. Desta forma, a mortificação da própria vontade através da obediência e da

humildade assumiu muito maior importância nestas autobiografias do que a mortificação corporal (Idem, ibidem, p. 35).

Quanto à matéria específica de seu trabalho, Cunha vai abordar o que foi percebido ao longo das leituras realizadas da *Autobiografia de Antónia Margarida de Castelo Branco* (1983); Antónia Margarida jamais deixou de buscar respostas para todos os bons e maus momentos pelos quais passou, sempre em busca do conhecimento interior, conforme se lê em Cunha:

[...] Dado que a religiosa constantemente duvidava ou vacilava a respeito dos mesmos factos, a seu texto converteu-se numa alternância contínua entre a tranquilidade e o desassossego, a confiança e a desesperança. É assim que a “Fiel e Verdadeira Relação Que dá dos Sucessos de Sua Vida a Creadura mais ingrata a seu Creador...” reflecte uma contenda interior, pois há sempre duas certezas ou dois sentimentos em luta dentro da religiosa, e de um labirinto interior, pois a religiosa vive momentos de grande perturbação, ignorando qual o caminho que deve seguir para encontrar o sossego interior.

Soror Clara do Sacramento foi a única religiosa que recorreu, para amplificar a matéria e a escrita dos seus cadernos, à apresentação da sua constante vacilação interior [...] Embora o registro da contenda interior e do labirinto interior surja assim como uma característica singular da “Fiel e Verdadeira Relação Que dá dos Sucessos de Sua Vida a Creadura mais ingrata a seu Creador...”, a explicação e o sentido desta escolha, porém, podem provir não só da subjectividade da religiosa, como das estruturas culturais e mentais em que ela estava inserida. [...]

Embora não se possa atribuir a Sórora Clara do Sacramento uma reflexão tão profunda acerca da natureza do ser do homem, cremos que se pode dizer que ela viveu na plena consciência da constante alteração dos seus estados de espírito e das suas crenças, vendendo-se a si mesma como uma criatura incerta e flutuante (Idem, ibidem, p.36 – grifos da autora).

Isabel Allegro de Magalhães, na nota prévia da mesma revista da Fundação Calouste

Gulbenkian de 2005, por sua vez, dá conta de que essas autobiografias ficaram recolhidas durante um bom tempo em bibliotecas e nos conventos e que só vieram a público graças ao trabalho recente de pesquisadores como João Palma-Ferreira, Heitor Gomes Teixeira, Ana Hatherly e Isabel Morujão. Dessa forma, Magalhães (2005) afirma que muitos destes textos têm sido utilizados por alunos de Mestrado e Doutorado em Portugal. Para ela, o interesse por essas obras consiste unicamente em se tratarem de um testemunho de uma época, pois

Cá e noutros países, há estudos que procuram esclarecer as razões que levavam um número substancial de freiras a dedicar-se à escrita. E entre essas razões há a situação de as sociedades em que viviam serem excessivamente patriarcais, o que fez com que as mulheres, pelo simples facto de o serem, ficassem excluídas de uma participação cultural, quase desprovidas de uma voz própria, quer enquanto filhas quer depois quando casadas (MAGALHÃES, 2005, p.7).

Sobre Antónia Margarida de Castelo Branco, a Sórora Clara do Santíssimo Sacramento, Magalhães traz alguns dados biográficos a fim de situar o leitor. Aponta que

Neste texto, explicitamente confessional, a autora dá conta da evolução da sua vida da infância ao casamento, na situação e experiência de casada, de divorciada e de religiosa professa. Trata-se de uma autobiografia espiritual, agónica, em que a travessia interior da escrita permite vislumbrar uma gradual abertura a outra visão da vida e a outro modo de paz, antes impensável e imprevisível. Estamos aqui perante uma consciência já moderna, pela atitude angustiada e crítica das próprias contradições, pelo dilaceramento de um eu, feminino, dividido entre corpo e alma, desejo e recusa da escrita, apelo humano e apelo divino (Idem, ibidem p. 10).

Tais textos levam a pensar com Jauss quando ele diz que a leitura como acontecimento

se dá no horizonte de expectativas:

A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra. Da objetivação ou não desse horizonte de expectativa dependerá, pois, a possibilidade de compreender e apresentar a história da literatura em sua historicidade própria (JAUSS, 1994, p. 26).

O teórico afirma que “experienciar” a obra literária acontece a partir de um “saber prévio”, ou seja, por meio de um trajeto em que os sinais da obra já se fazem presentes, uma vez que ela não aparece do nada, mas vai despontando por meio daquilo que ele chama de “traços familiares”. Dessa forma, o público percebe esses sinais e prepara-se para receber essa obra, por meio daquele despertar de coisas já lidas e vividas esteticamente falando. Segundo ele, isso faz com que o leitor adquira uma “postura emocional” para receber essa obra de forma que a aceite ou a rejeite. Assim é que ocorre ou não a fusão dos horizontes.

Pensando na fortuna crítica, tem-se um viés interpretativo que se configura pela fusão de horizontes, a obra é aceita sem questionamentos, apontando para o conceito do gênero q que se vincula, ou seja, uma escrita de vida feita pela própria pessoa, sendo a mais fiel expressão da verdade. Palma-Ferreira segue a ideia do elogio à escritora, reforçando pontos que foram elencados pela autora, embora diga que ela foi forçada a escrever e que provavelmente tenha modificado seus escritos, não leva esse fato em consideração em seu prefácio.

Hatherly, Cunha e Magalhães evidenciaram outros aspectos, falam das autobiografias de religiosas, do fato delas estarem sujeitas aos Padres seus orientadores tendo em vários momentos sentido a vontade de queimar os escritos, deixam

entrever o papel da mulher na sociedade, a condição de obediência ao mundo masculino e a melhor opção diante da crise.

Referências:

BALLANDIER, George. *Anthropologiques*. Paris: PUF, 1974, p. 14. In: OLIVEIRA, Rosyska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 1ª edição, p. 30.

BRANCO, Antónia Margarida de Castelo. **Autobiografia: 1652-1717**. Lisboa: Biblioteca de autores portugueses, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

CARDOSO, Adelaide Filomena Amaro Lopes. **As religiosas e a Inquisição no século XVII: quadros de vida e espiritualidade**. Dissertação de Mestrado em História Moderna. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2003. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10852>>. Acesso em: 29/07/2014.

CASTELLO, Branco Lucia; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2004.

CUNHA, Mafalda Ferin. A voz de Antónia Margarida de Castelo Branco. 1992. Excertos. In: História e antologia da literatura portuguesa – Século XVII. Lisboa: n° 32, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Disponível em: <http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/HALP_32.pdf>. Acesso em: 04/08/2014.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Carla Alexandra. **The Coup e Brazil: uma leitura do Norte pelo Sul**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-18112003-112002/pt-br.php>>. Acesso em: 15/06/2013.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Org. Roger Chartier; trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRANCO, José Eduardo; CABANAS, Maria Isabel Morán. **O Padre António Vieira e as mulheres**. O mito barroco do universo feminino. Porto: Campo das Letras – Editores S.A., 2008. Prefácio de Tom Earle.

GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Org. Roger Chartier; trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HATHERLY, Ana. Tomar a palavra: aspectos de vida da mulher na sociedade barroca. In: **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, nº 9, Lisboa: Edições Colibri, 1996, pp. 269-280. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/6886/1/RFCSH9_269_280.pdf>. Acesso em: 28/04/2014.

HATZFELD, Helmut Anthony. **Estudos sobre o Barroco**. Trad. Ângela Figueira. São Paulo: Perspectiva. Editora Universidade de São Paulo: 1988.

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA 3: da Renascença ao século das Luzes. Org. Philippe Áries e Roger Chartier. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Editora Ática, 1994. Série Temas, volume 36.

JOUBE, Vincent. **A leitura**. Trad. Brigitte Hervar. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes.

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 404 p.

LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. Nota prévia. In: História e antologia da literatura portuguesa – Século XVII. Lisboa: nº 32, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. <http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/HALP_32.pdf>. Acesso em: 04/08/2014.

MATHIAS, Marcello Duarte. **Autobiografias e diários**. Sobre diários. 1995.

MILHEIRO, Dalila Maria Teixeira. **A autobiografia de uma freira-escritora do século XVII**. APH - Associação de Professores de História. Disponível em: http://www.aph.pt/ex_assPropFeminina8.php. Acesso em 27/07/2014.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1992. Vol. 4.

_____. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 26ª edição, 2006.

PALMA-FERREIRA, João. Prefácio. 1980. In: BRANCO, Antónia Margarida de Castelo. **Autobiografia: 1652-1717**. Lisboa: Biblioteca de autores portugueses, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

ROCHA, Clara. O espaço autobiográfico em Miguel Torga. Coimbra: Almedina, 1977.

RODRIGUES, Raquel Terezinha. **Miguel Torga: em busca do paraíso perdido**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-26082009-005032/pt-br.php>>. Acesso em: 15/11/2012.

RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Exploração de uma literatura. In: **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. Org. Georges Duby; trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. Literatura confessional: espaço autobiográfico. In: REMÉDIOS, Maria Luiza. **Literatura confessional** – autobiografia e ficcionalidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SARAIVA, José Hermano. **Pequena história das grandes nações**: Portugal. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1979.

_____. História concisa de Portugal. Portugal: Publicações Europa-América, 1995. In: MONTAGNOLI, Gilmar Alves. **As Ordenações Filipinas e a organização da sociedade portuguesa do século XVII**. Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar

– DCS/UEM. Maringá: n° 24, maio/junho/julho/agosto de 2011 – ISSN: 1519-6178. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/12278>>. Acesso em: 27/07/2014.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Amélia Maria Polónia da. Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553. In: **Revista da Faculdade de Letras**: História, série II, vol. 07, 1990, pag. 133-144. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2228.pdf>>

Artigo enviado em: 20/10/2015

Aceite em: 20/12/2015